



Voltando a cena: a maçonaria pernambucana e o fim do Estado Novo

Augusto César Acioly Paz Silva¹

Artigo recebido em: 04/07/2015

Artigo aceito em: 10/09/2015

RESUMO

Este texto tem como objetivo central discutir as estratégias de atuação e a maneira como os maçons pernambucanos, a partir do final do Estado Novo, inseriram-se nos debates e nas ações políticas do período pós-Estado Novo, inclusive destacando, qual a memória que eles elegeram para construir sobre a instituição durante os Tempos de Agamenon, fase em que permaneceram na ilegalidade.

Palavras-chave: Maçonaria, Estado Novo, ilegalidade, Tempos de Agamenon.

Returning to scene: freemasonry of Pernambuco and the end of the New State

ABSTRACT

This text is mainly aimed to discuss working strategies and the way *Pernambucanos Maçons*, from the end of the Estado Novo, were inserted in the debates and political actions of the post- New State period, including highlighting, which memory they elected to build on the institution during the Agamemnon Times stage where remained illegally.

KEYWORDS: Masonry, New State, illegality, Agamemnon's the times.

A Política e a Maçonaria em Pernambuco nos anos 30

Os “Tempos de Getúlio Vargas”, que se iniciam com a Revolução de 1930, trouxeram para o cenário político mudanças substanciais, com o surgimento e aprofundamento das ações de novos atores políticos e sociais, que expressavam a dinâmica das forças que compuseram a chamada Aliança Liberal, uma verdadeira frente ampla, que na sua diversidade norteavam-se, tendo um opositor comum, as elites oligárquicas que controlavam o sistema político no

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Curso de História da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde e atualmente coordena o curso de História da Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira. E-mail: cesar_historia@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/130134348629585>.



período anterior ao movimento de 1930. Ao longo da sua estadia no poder, o político gaúcho e líder da “Revolução” passou por várias metamorfoses, indo do revolucionário ao ditador. Estas características de alguma forma sinalizam a complexidade que a chamada Era Vargas congregaria, principalmente no período anterior ao Estado Novo².

A realidade política, atravessada dentro do quadro nacional não deixou de forjar repercussões na cena política pernambucana. Os anos que antecederam a imposição da ditadura varguista, que teve como seu principal realizador Agamenon Magalhães (1937-45), revelaram modelos e projetos políticos, que após os primeiros anos revolucionários, se descolaram daquela frente ampla que constituía a Aliança Liberal e, passava a definir os seus contornos e interesses. Neste caso, tivemos grupos que, ao longo do governo de Carlos de Lima Cavalcanti, aliado de primeira hora em Pernambuco da Aliança e de Vargas, foram perfilando melhor os seus interesses e constituindo-se vozes e experiências políticas importantes, em torno de questões que, durante as décadas de 1930, impunham-se como horizontes de ordenamento político, social e cultural³.

Os grupos como a ANL e a AIB são expressões de projetos políticos que passam a provocar questões e propor soluções para as transformações que deveriam ser colocadas em prática pelos “novos” agentes que emergiam após o processo revolucionário. A primeira delas se constituía num conjunto de forças políticas, que mesmo tendo como presidente de honra, o Cavaleiro da Esperança, trazia no seu seio, partidários do comunismo. Abrigavam nas suas hostes outros setores identificados com as forças políticas mais populares e de defesa aos ideais democráticos. Todos tinham, de alguma forma, um opositor às forças conservadoras e “fascistizantes”, representadas pela AIB e alguns setores da Igreja Católica⁴.

A própria maçonaria também tentava imprimir sua marca e posições com a imposição da nova ordem política. Este ajuste seria feito através da defesa do ensino laico e de uma posição de defesa das liberdades religiosas, aspecto que já fazia parte de sua luta secular, mas

²PANDOLFI, Dulce. OS anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 13-35.

³ Ver: SILVA, Severino Vicente da. *Anotações para uma visão de Pernambuco no Início do século XX*. 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014. p.59-63; CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi: Memórias políticas*. Recife: Editora Guararapes, 1985.

⁴ Na compreensão destas relações ver: SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de Casa-grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010; ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A Construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001; MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2012.



que durante esta fase será foco de preocupação⁵. Podemos verificar esta tomada de posição, com a organização do “Comitê Pró-maçônico Liberdade de Consciência”, organizado desde fins de 1931 e que, ao longo do ano de 1932, ganha publicidade nas páginas do Jornal maçônico o Archote, que noticia as críticas da maçonaria às tentativas da Igreja Católica em pressionar o Estado, para a inclusão do ensino religioso, como componente curricular⁶.

Vários setores da maçonaria percebiam nesta iniciativa, uma afronta à laicidade do Estado brasileiro e da educação, mesmo combatendo as proposições da intelectualidade católica sobre a questão educacional, junto ao estado Pernambuco e Brasileiro, os maçons não lograram êxito, pois gradativamente os setores religiosos ligados à Igreja Católica passariam a compor junto às forças políticas tanto numa dimensão mais local no caso de Pernambuco, sobretudo após o Estado Novo, quanto numa perspectiva maior, sob a liderança de Vargas, um pacto de convivência e influência, quando a tão sonhada laicidade do Estado nunca se efetivaria⁷.

Diante de todo este cenário de complexidade, sinalizado pelos “Tempos de Getúlio Vargas”, podemos observar que o debate entre os vários atores políticos, passaria principalmente com a implantação do Estado Novo (1937-45), a sofrer um implacável revés, uma vez que com o estabelecimento de um regime com nítidos traços ditatoriais, todos os setores que se posicionassem de maneira contrária as orientações do sistema, passariam a sofrer um combate, que não se daria somente ao nível do fechamento e perseguição das suas ações e membros, mas também do ponto de vista simbólico e discursivo⁸.

No caso da maçonaria, a sua proscrição deu-se com a chegada do Estado Novo que fechava as atividades desta instituição. Seguindo a lógica dela, constitui-se num celeiro de difusão de ideias comunistas e judaizantes parceiros de um novo plano de dominação

⁵ Podemos observar a posição maçônica de apoio a Revolução de 1930, a partir do respectivo documento: Maçonaria e Revolução. Recife, s/d. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.

⁶ Temos um precioso relato deste cenário na reportagem do jornal o Archote, onde podemos acompanhar os debates e conflitos no interior da Maçonaria local e das questões voltadas para a relação da educação laica versus a tentativa de implantação do ensino religioso em Pernambuco, ver: O LITÍGIO entre as Lloj : “Luz da verdade” e Ccav : da : Luz” e o Gr : Or.: de Pernambuco – Suas determinações e seus epílogos .O archote, Recife 05/1932, p.1.

⁷ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

⁸ BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escândalo de la P-2. Madri, Edições ISTMO, 1982; GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



mundial. Os argumentos utilizados pelo representante do exército em Pernambuco, Azambuja Villanova, foi muito bem legitimado tendo esta tônica como centro de suas preocupações. Seguindo a lógica e difundindo um discurso antimaçônico fortemente influenciado por este viés antissemita e anticomunista que a época tinha referências teóricas em vários autores⁹. Villanova justificava a sua ação e de alguma maneira atendia aos clamores dos setores da intelectualidade religiosa e fascista que identificavam a Maçonaria como propagadora de valores dissolventes tanto na ordem religiosa quanto política¹⁰.

A partir do mês de outubro de 1937 até o final do Estado Novo, teríamos tempos difíceis para a Maçonaria Pernambucana que ficaria sob o signo da ilegalidade e seus símbolos passariam a ser interpretados como sendo perigosos, diante de tal realidade e com a chegada do interventor Agamenon Magalhães, criado na filosofia da Congregação Mariana vinculado ao Colégio Nóbrega de propriedade dos jesuítas, tradicional educandário recifense e local de formação de um grupo de jovens intelectuais conservadores que como observou a historiadora, Silvia Cortez (2010) passaria a usufruir nos Tempos de Agamenon, dos espaços de poder e decisão do aparelho de Estado reforçando na política pernambucana o ideário ditatorial do Estado Novo, além de colaborarem na formação de um reduto conservador de matriz religiosa católica, elementos que se tornaram um entrave para que os maçons pernambucanos, mesmo quando outras agremiações maçônicas país a fora se reorganizam, possam retomar as suas atividades.

Diante de tal realidade a reabertura das lojas maçônicas em Pernambuco foi retardada, o processo de reestruturação das oficinas maçônicas só ocorreu quando o Estado Novo já se

⁹ Ao longo da década de 1930 encontraremos um conjunto de obras de posições antimaçônicas que se pautariam por uma associação destes setores com o judaísmo e comunismo internacional, vendo estes dois ideários como face da mesma moeda, um aspecto importante que se torna necessário pontuar é que um pouco diferente de outras formas de antimaçonismo que teremos ao longo do século XIX, este teria características muito mais expressas, como promotores desta perspectiva, que tem sua divulgação mais forte nas décadas de 1930 e 1940 temos: BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990-1993. (6 Volumes – 1ª Reedição); BARROSO, Gustavo. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S/A, 1937; BERTRAND, L. *A Maçonaria seita judaica: suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs*. São Paulo: Minerva, 1936; FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçônicos. *Revista Fronteiras*, Recife, setembro de 1938. p.3; VALE, José Nunes; D'ASSUMPÇÃO, Cônego Jeronymo. A aliança das esquerdas maçônicas e comunistas. *A gazeta*, Recife, 17 out. 1938. p.1.

¹⁰ BENIMELLI, J. A. Ferrer. *LA MASONERIA*. 2. ed. Alianza Editorial: Madri, 2005; MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de O. *O poder da maçonaria: A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p.200-218; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

encontrava em pleno processo de desmonte aspecto que abordaremos com uma maior riqueza de detalhes na parte abaixo.

A Maçonaria e sua reorganização no pós- Estado Novo

A estratégia do governo de Agamenon Magalhães (1937-45) ao longo do período em que esteve no poder foi a de não permitir a reorganização maçônica, ainda que diante das solicitações realizadas por alguns dos seus membros por meio de ofícios ou até mesmo de bilhetes enviados aos representantes do governo e do poder policial ao Estado. As motivações que engendraram tal posição podem ser respondidas em grande medida pelo perfil de aproximação com setores ligados a uma elite intelectual e conservadora, de extrato católico que ocuparia durante os setes anos do governo Agamenon postos-chaves da sua administração. Ao lado deste aspecto, outro que merece destaque foi o de um forte processo de desmobilização que tomou conta da Maçonaria Pernambucana, com o Golpe de Outubro de 1937 e a sua posterior proscrição a partir de Novembro do mesmo ano. Estes elementos se constituem em indícios importantes para que possamos compreender porque em Pernambuco, as atividades maçônicas permaneceriam totalmente suspensas a partir de 1937, realidade que não ocorreu em outras partes do Brasil¹¹.

Diante deste cenário o ano de 1945 foi decisivo para o ocaso do regime estadonovista, regime que devido à falência dos regimes totalitários e fascista, na Alemanha e Itália o final da II Guerra Mundial que passou a simbolizar o avanço do ideário democrático, tornaram-se elementos importantes para que o Estado Novo, enquanto regime político passasse a sofrer questionamentos, dos setores mais progressistas e liberais que não aceitavam mais este modelo político como a “melhor” solução para conduzir os destinos da nação e de Pernambuco.

A partir de março de 1945, as forças policiais do regime, passaram a atuar de forma mais repressiva frente às manifestações em prol da redemocratização, era a pressão para que a Democracia voltasse. Tal questionamento, não era visto com bons olhos por parte daqueles que se encontravam ainda à frente do Estado, mesmo em tempos de desestruturação. A gota

¹¹ SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de Casa-grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010; ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A Construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.



d'água que levou ao final do regime de exceção em Pernambuco foi por alguns historiadores e memorialistas do período, devido ao assassinato do estudante de Direito Demócrito de Souza Filho e do carvoeiro Manoel Elias, ocorrido no dia 03 de março de 1945, num ato político na Praça do Diário, no centro do Recife, em prol do fim do Estado Novo¹².

Neste clima de distensão quando o regime autoritário, implantado em 1937 começava a demonstrar os seus limites, passando a ter a sua legitimidade, cada vez mais questionada, a Maçonaria Pernambucana começou um processo de rearticulação das suas forças, tendo como horizonte, a iminência da volta à ordem democrática.

A saída de Agamenon Magalhães do governo estadual em fevereiro de 1945 e a reconfiguração política que o país atravessava, com os questionamentos por parte da sociedade, imprensa e intelectuais a respeito da legitimidade do Estado Novo, numa conjuntura mundial onde a Democracia reaparecia como um sistema político que voltava a ser compreendido como alternativa política importante, principalmente, devido ao ideário que foi se impondo com a vitória dos aliados sobre os regimes autoritários, apresentou-se no interior do discurso político brasileiro, como mais um dos argumentos necessários para que o regime varguista passasse a ser visto como vias de superação, abrindo desta forma, principalmente em Pernambuco, a possibilidade para que os maçons do estado reconquistassem os seus espaços e reativassem os seus trabalhos.

Como exemplo dessa nova realidade e do acesso aos membros da burocracia estadonovista pelos maçons como pontes para espaços de decisão, pode ser percebido pelo bilhete encaminhado por Geraldo, um dos assessores do governo que trabalhava diretamente no gabinete do Interventor Etelvino Lins. No bilhete encaminhado a Fabio Correia, Delegado Regional, ligado à Secretária de Segurança Pública de Pernambuco, utilizando um tom de amizade, Geraldo apresentava um dos filiados da Loja Frei Caneca, da cidade de Limoeiro. Na sua apresentação, o assessor do gabinete do interventor interino, utilizava-se dos seus conhecimentos nos bastidores do poder para que o seu amigo pudesse reaver e ter acesso aos arquivos e material da respectiva oficina maçônica, que tinha sido apreendido pela Secretária de Segurança Pública do Estado em 1937. Geraldo assim reportava-se ao delegado regional:

¹² ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco imortal*. Evolução histórica e social de Pernambuco. Recife, Cepe, 1997.



Amigo Fábio,

Vai ate ai, entender-se consigo o amigo... Abdias Melo. [...] representa ele a Loja Maçônica de Limoeiro e deseja saber algo sobre as possibilidades de devolução do arquivo da dita Loja [...] Embora trate-se de pessoa amiga e até seu subordinado, ficarei grato pela atenção que ele puder ser dispensada. Abraços do amigo, Geraldo¹³.

Como podemos observar a partir do bilhete acima apresentado, utilizando-se de funcionários que ocupavam cargos de destaque no interior da burocracia do Estado, os maçons através de suas redes de sociabilidade forjadas independentemente da sua condição maçônica, pretendiam, através destas articulações, reativar os trabalhos da instituição no Estado. O bilhete em questão, expressa a preocupação de Geraldo em apresentar o representante da loja maçônica dentro da mais alta referência, apontando inclusive que além de seu amigo ele possuía outras credenciais como o lugar que ele ocupava como funcionário da Secretária de Segurança, possivelmente, alguém ligado à força policial da cidade de Limoeiro. Pelo que observamos, a solicitação não foi atendida prontamente uma vez que ainda em março de 1946 os arquivos da Loja não tinham sido enviados aos solicitantes¹⁴.

O exemplo acima, ajuda a ilustrar além das redes de conexão dos maçons com figuras que desempenhavam funções importantes no interior da administração do Estado, o processo de rearticulação destes sujeitos no Estado, no sentido de que uma vez que a ordem democrática encontrava-se na iminência de constituir-se após “sombrios tempos de intolerância”. Assim, encontravam-se cada vez mais próxima as possibilidades da Maçonaria sair do campo da ilegalidade e o processo de pressão para que os maçons pudessem voltar novamente a se organizar de forma legal, tomou forma e irradiou-se ao longo do ano de 1945 com o sucesso de algumas oficinas que passaram a receber a ordem de funcionamento, retomando assim, as suas atividades.

Os primeiros focos de reestruturação das atividades maçônicas ocorreram nas lojas do interior do Estado. Trabalhando com o objetivo de rearticular as forças maçônicas, o movimento de reinício oficial dos trabalhos maçônicos em Pernambuco aconteceu na Loja Mensageiros do Bem, sediada na cidade de Garanhuns, após o sucesso desta oficina maçônica

¹³ BILHETE ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26 jul.1945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

¹⁴ INFORMAÇÃO 4889. Recife, 09 mar.1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.



outras lojas foram reconquistando o direito de se reorganizar, como as das cidades de Caruaru, Limoeiro e Vitória de Santo Antão¹⁵.

No jornal maçônico “O obreiro”¹⁶ num artigo assinado por um dos seus redatores, é possível encontrar um interessante depoimento sobre a situação atravessada pela maçonaria pernambucana durante a “longa noite de intolerância”, representada pelos anos da ditadura do Estado Novo. No texto, o secretário do periódico maçom, num exercício de memória relatando qual tinha sido à realidade atravessada pelos maçons pernambucanos nos anos da ditadura de Agamenon Magalhães, destacava que os maçons tiveram os “seus templos completamente ocupados ou desapropriados, patrimônios destruídos”. O testemunho, fornecido pelo artigo, constitui-se uma importante narrativa para que seja possível pensar a realidade e as experiências atravessadas pela maçonaria durante o Estado Novo.

A narrativa construída embora de maneira genérica, sem a preocupação em apontar as situações específicas vivenciadas por lojas maçônicas e seus membros durante o citado período, esforçava-se no sentido de difundir a ideia de que durante a fase de proibição legal a qual ficou submetida às atividades maçônicas no Estado, acompanhada do enrijecimento com relação a qualquer tentativa em permitir o funcionamento das lojas, não se constitui em motivo para que os maçons, mesmo permanecendo no campo da ilegalidade, deixassem de construir formas de reunirem-se e forjar estratégias para reativar as suas atividades. O autor do artigo logo no início da sua exposição constrói uma visão de que incorreria em gravíssimo erro, acreditar que ao longo do Estado Novo, a Maçonaria teria cessado completamente as suas atividades.

Ao pontuar tal dimensão, os maçons pernambucanos pretendiam afirmar uma história de resistência frente ao autoritarismo posto em prática durante os “*Tempos de Agamenon*”. Através deste recurso, os maçons pretendiam se representar enquanto um grupo que, não admitia sob forma alguma, os ataques que o regime de Agamenon e seus diletos colaboradores efetuavam contra as liberdades democráticas. Nessa perspectiva, encontramos no texto produzido, cerca de um ano e meio após, o processo de reorganização das atividades maçônicas em Pernambuco, a imagem de que, os maçons tinham desenvolvido e articulado uma atuação, no sentido de contribuir para a volta da normalidade democrática, em um novo

¹⁵ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, maio1947. p.4.

¹⁶ *Ibidem*, p.4.



regime que, nas palavras do autor, teria como princípios a tríade da identidade maçônica: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Lema que, segundo os próprios maçons, seria imprescindível na construção e sedimentação de um verdadeiro modelo democrático¹⁷.

Mesmo tendo estes núcleos do interior reorganizando a vida maçônica ao longo de 1945, somente no ano seguinte, encontraríamos um ambiente maior de reestruturação efetiva para as atividades da Maçonaria. Comparando a realidade de Pernambuco a de outros estados, é possível verificar que no caso pernambucano ele aconteceu tardiamente, uma vez que, em outros estados a propaganda maçônica já havia se organizado antes mesmo do fim do Estado Novo. Uma das explicações para este descompasso se comparado à realidade de outros lugares, explica-se pelo fato, do alto nível de antimaçonismo que tomava conta de vários intelectuais e pessoas ligadas, ou que assumiram cargos de visibilidade no interior na administração do governo Agamenon Magalhães, postura que começava pelo próprio Interventor. Dessa forma, ao longo do ano de 1946 encontramos nos arquivos pesquisados várias solicitações à Secretaria de Segurança Pública do Estado, tanto de entrega dos arquivos e objetos confiscados pela polícia em 1937, como também a autorização para a reabertura dos trabalhos¹⁸.

As solicitações encaminhadas pela loja maçônicas Saint George que era organizada pela colônia inglesa do Recife e funcionava no prédio da Loja Cavaleiros da Cruz, pela Loja Segredo e Verdade, localizada na cidade de Vitória de Santo Antão, foram enviadas em 1946 à Secretaria de Segurança Pública do Estado, ambas reclamavam à autorização de funcionamento ao mesmo tempo em que, exigiam a devolução dos seus arquivos confiscados¹⁹.

Analisando os pedidos enviados às autoridades policiais, tanto pelas lojas maçônicas da capital quanto pelas do interior, observamos a lentidão e a forte burocratização no sentido de devolver o material confiscado. No caso da Loja Saint George, encontramos dois ofícios, redigidos por membros da oficina, pedindo a liberação das atividades e o envio dos arquivos e

¹⁷ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, maio 1947. p.4.

¹⁸ SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Recife: Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2013.

¹⁹ OFICIO da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22 jan. 1946. Prontuário Funcional 1527-A.- DOPS – APEJE; OFICIO n. 91. Vitória de Santo Antão, 14 jun. 1946. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.



materiais confiscados, o primeiro foi enviado no dia 22 de janeiro e, o segundo, cerca de quatro meses depois em maio de 1946. Somente no último ofício, as autoridades policiais forneceram um parecer a respeito da localização dos arquivos reclamados.

No caso da loja maçônica Segredo e Verdade, o Comissário Chefe do Arquivo analisando o ofício n.341 expedido pelo Delegado Regional da 1ª Zona, com sede na cidade de Vitória, enviou a Fábio Amorim na época responsável pela 2ª Delegacia Auxiliar da Capital, um documento onde declarava que já havia realizado a apreensão do material da Loja Segredo e Verdade. Porém no documento em questão que foi por nós analisado, encontramos na lateral do ofício uma anotação, onde é possível ler: “não foi recebido os objetos de que trata este ofício”, datado do dia 28/10/1937 e, assinado pelo responsável em supervisionar os materiais apreendidos²⁰.

O caso acima, relatado de extravio e desaparecimento dos arquivos maçônicos ocorreu noutras oficinas maçônicas do Estado. Com o final do Estado Novo, algumas delas, ao solicitarem o seu material, recebiam a resposta de que o seu material não se encontra localizado nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops). Esta situação vivenciada pelos maçons pernambucanos nos ajuda a compreender, a pouca ou quase nenhuma preocupação, por parte do poder público, na preservação dos arquivos, alvo das instituições de repressão, perspectiva aceitável num regime ditatorial quando, a não preservação dos arquivos e objetos apreendidos dos grupos alvo de repressão tornava-se um elemento importante no sentido de dificultar a reorganização e mobilização destes segmentos.

Outra questão relacionada à ideia do parágrafo anterior, diz respeito aos motivos que fizeram com que, as lojas do interior do estado se mobilizassem antes das lojas da Capital. Acreditamos que, a resposta para tal questionamento, pode ser vislumbrada a partir das sugestões levantadas por Araújo (1947) no artigo sobre a Maçonaria Ilegal²¹. Como o autor apontava, é bem provável que os irmãos maçons do interior devido ao fato da ação dos investigadores e da repressão ter sido menos efetiva naquelas cidades, os maçons continuaram a se reunir em outros espaços fortalecendo-se assim os seus vínculos de solidariedade²². O

²⁰ Resende, Carlos. *Ofício n.341*. Vitória de Santo Antão, 27 outubro 1937. p.1.

²¹ ARAUJO, V. *Maçonaria Ilegal. O Obreiro*, Recife, maio 1947. p.4.

²² Com relação a esta possibilidade dos maçons resgatarem o seu material de expediente e ritualístico, antes da ação das forças policiais encontramos no livro do maçom Antonio Ferreira um relato bem interessante, vejamos: “lembra o irmão Valdir Moreno, sempre cauteloso em suas informações para não incorrer em erro, que o



que de certa forma colaborou para que eles se mobilizassem cada vez mais, principalmente devido ao crescente desgaste do regime estadonovista, aspecto que os ajudou no processo de reiniciar, mais cedo, os seus trabalhos.

A partir de 1947, observamos que os maçons pernambucanos retomaram as suas atividades de maneira muito mais intensa, com boa parte das lojas da capital e do interior funcionando sem grandes impedimentos. Durante esse ano, o núcleo maçom da capital tentou também retomar as suas atividades no campo da imprensa, por meio de um periódico lançado no mês de maio, mas que publicou somente um número. Este jornal, denominado O obreiro, termo do linguajar maçônico, utilizado para referir-se ao maçom, seguia a mesma lógica das publicações anteriores - a de se constituir num espaço de propaganda da instituição - Aspecto importante, principalmente, após o período de repressão, representado pelo Estado Novo.

Mesmo sendo publicado apenas um único número, o Obreiro trazia informações importantes a respeito do ressurgimento no pós-Estado Novo, da propaganda maçônica nas terras pernambucanas. Composto por três redatores Artur Rodrigues Neves, que colaborou num jornal de mesmo nome ligado à Aliança Evangélica de Obreiros Leigos; V. de Araújo e S. Medeiros. O primeiro e, único número, foi lançado com a preocupação de tornar-se um veiculador legítimo, do que um dos colaboradores chamou de “moral Maçônica”, trazendo nas suas páginas discussões e notícias relacionadas ao ambiente maçônico uma das suas diretrizes seria tornar-se um espaço de divulgação dos princípios e orientações da instituição²³.

Neste sentido, O Obreiro não se diferenciava dos outros periódicos lançados pela Maçonaria nas décadas iniciais do século XX e no ano 1932-34. Todos os periódicos maçônicos tinham como preocupação central, dar publicidade às ações maçônicas, ao mesmo tempo em que se esforçavam na formulação de uma imagem positiva e propositiva para sociedade sobre as suas ações e seus ideais. Não fugindo a tal preocupação os redatores do Obreiro no número de estreia além de formularem a sua visão e imagem sobre a atuação da

venerável Aprigio Estevam Tavares fora procurado pelo sargento/delegado da cidade e que lhe apresentara ofício da chefia de polícia da capital determinando a dissolução da maçonaria arcoverdense, para sempre[...] valendo-se disto, o Venerável Aprigio, durante a madrugada, com outros irmãos foram ao Templo e o esvaziaram, levando para seus cuidados os instrumentos de trabalho maçônicos e demais pertences”. Ver: FERREIRA, Antonio do Carmo. *História do GOIPE*: caderno VII, Recife: Artegrafi, 2003. p.5.

²³ A.M. Campanha pró-imprensa Maçônica. O *Obreiro*, Recife 25 maio 1947. p.2. Ainda sobre a organização dos periódicos maçônicos que citamos ao longo do trabalho ver: NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa em Pernambuco (1851-1954)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. p.173.



Maçonaria nos duros anos do Estado Novo em Pernambuco, mostrando que, mesmo na ilegalidade não havia desarticulado totalmente as suas atividades, graças “àqueles que foram maçons [de] índole ou princípio, [que] continuaram dentro do silêncio, o trabalho penoso e sacrificado da ilegalidade”²⁴.

Ao difundirem tal imagem pretendiam, afirmar e construir uma identidade do grupo, tendo a preocupação em distinguir aqueles que teriam permanecido fieis aos ensinamentos maçônicos, através de tal recurso, os editores do periódico, fomentavam a visão de que as forças maçônicas, ao longo do Estado Novo, assumiram muito mais um papel de resistência do que de desorganização.

Além da divulgação deste ideário, uma parte, das matérias veiculadas no número de estreia noticiava a “Festa Branca” de sagração que reinaugurou as atividades no templo da Loja Segredo e Amor da Ordem, na cidade do Recife, espaço que voltava a ser utilizado pela comunidade maçônica da cidade, e que congregava outras oficinas além da loja Segredo e Amor da Ordem. Esta atividade ocorreu no início de maio de 1947 e tomou grandes proporções, inclusive no seio da Maçonaria Nordestina, com a presença de várias autoridades, dentre elas a de maçons do estado da Paraíba como: Pedro Aragão, maçom graduado, da cidade de Campina Grande que ficou responsável pelo pronunciamento da conferência aberta à sociedade e que tinha como temas norteadores o verdadeiro significado da Maçonaria e a sua importância na ordem moral, filosófica e política²⁵.

Discorrendo a respeito de tais questões a conferência do maçom representante do Oriente²⁶ de Campina Grande, traçava, nas suas considerações uma visão laudatória da instituição, aspecto não incomum tratando-se de alguém ligado à instituição e que num processo de reordenamento precisava de alguma forma ressaltar os objetivos e virtudes da Maçonaria, inclusive como estratégia para que ela voltasse a se fortalecer.

No seu pronunciamento, Pedro Aragão versou sobre como a Maçonaria constituía-se numa espécie de centro irradiador de princípios verdadeiros e relevantes, onde se destacava à

²⁴ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947. p.4

²⁵ ARAGÃO, Pedro. Conferência na Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife 25 maio1947, p.1.

²⁶ Local da Loja onde fica o Venerável Mestre, também corresponde à denominação de lugar ou cidade onde se encontra a Loja Maçônica. FILHO, Plínio Barroso de Castro. *Dicionário de termos maçônicos As palavras, as frases e os termos maçônicos mais usados no rito Escocês antigo e aceito para a maçonaria no brasil*. Disponível em: <www.inspetoria.org.br>. Acesso em: 16 jun. 2014.



defesa da filosofia, da moral e da política. Refletindo Sobre os dois primeiros aspectos, o conferencista afirmou que tanto uma ordem moral como filosófica de inclinação maçônica apenas se tornaria concreta se cada um dos seus membros colocasse, enquanto, horizonte uma posição de compromisso com a promoção e a busca desinteressada pela verdade. Com relação, à dimensão política, Aragão se reportava à tradição maçônica de defesa e luta pelos princípios liberais, destacando que “a Democracia é uma obra de realização da Maçonaria”²⁷.

Ao valorizar os princípios democráticos, como maçônicos, Pedro Aragão, procurava enfatizar que, o legado da Maçonaria, enquanto instituição transcendia os limites do tempo e que tinham uma preocupação efetiva com a sociedade e o bem comum. Além de pontuar, que a defesa de tal princípio a colocava na base de formação da sociedade ocidental, dentro de aspectos não somente morais ou filosóficos, como pretendia ponderar o conferencista. Mas também, na própria ordem política e social. Através da defesa dos princípios liberais e da própria democracia enquanto valores que fundaram uma nova sociedade, com costumes políticos diferentes daqueles que existiam em regimes absolutistas e autoritários. Tal lembrança, reavivada num período pós-ditadura, possuía um efeito muito claro: o de que, tais valores, mesmo com a repressão sofrida pelos maçons pernambucanos durante o Estado Novo, não afastou deles a defesa intransigente dos ideais democráticos.

Mesmo pretendendo representar, a instituição, como paladino da democracia e do liberalismo político, que após a experiência traumática da II Guerra, voltava a constituir-se num valor importante para a sociedade ocidental. Os maçons pernambucanos, vinculados ao Obreiro em alguns momentos, não tinham atitudes e posições tão liberais assim, principalmente quando se tratava de alguns temas “polêmicos”, dentre eles, podemos encontrar nas páginas do seu periódico o relacionado à aceitação feminina em lojas maçônicas. Sobre esse assunto, os editores do periódico maçom, expressando uma visão corrente no interior da própria maçonaria pernambucana, ao invés de produzir uma avaliação mais isenta em torno do tema da “Maçonaria Mista”²⁸ não a via com bons olhos, questão que não era polêmica só em Pernambuco, mas de forma geral, no seio da Maçonaria Internacional. Os argumentos apresentados pelos redatores do periódico, para sustentar a não aprovação de

²⁷ Ibidem, p.6.

²⁸ Foi fundada no final do século XIX na França e expandiu-se para outros países da Europa, no Brasil ela foi introduzida no ano de 1919, proclama a possibilidade de congregar no seio da ordem maçônica, homens e mulheres, mesmo não sendo reconhecida pelos poderes maçônicos tradicionais vem ganhando adeptos. Ver: <http://www.grandelojamista.com.br/historia/>. Acesso em: 08 out.2015.



uma organização maçônica, que tivesse na sua composição a convivência dos dois sexos, orientava-se nos argumentos expressos abaixo:

A economia domestica, os afazeres cotidianos do lar, a labuta incessante das matronas dignas dirigentes dos seus afanosos deveres na formação de caracteres e orientação da oficina simbólica das mil e uma atividades do lar, não fora o bastante para tomar-lhes o tempo e ocupar-lhes as mentes e os corações²⁹.

Como podemos observar, as justificativas apontadas pelo autor do artigo seguia claramente uma lógica machista e sexista em relação à mulher e a sua possível aceitação por parte da Maçonaria. Tais argumentos, urdidos dentro de uma perspectiva pouco liberal e “moderna” confrontava a imagem progressista que muitas vezes os maçons pretendiam construir sobre si mesmos. Uma das justificativas, construída pelo articulista, para destacar, a incapacidade de termos uma maçonaria feminina, residia no fato de que, as mulheres tinham papéis sociais muito bem definidos, sendo o principal deles, o desempenho das funções domésticas evidenciadas pelo autor no texto e observadas como se fossem quase que atribuições intrínsecas à “natureza feminina”, criando assim, uma naturalização dos papéis sociais.

Ao evidenciar tais posicionamentos com relação à mulher, não encontramos nos intelectuais maçons nenhuma defesa dos princípios de igualdade e democracia, tão vivamente defendidos no discurso maçônico produzido, por exemplo, pelo orador Pedro Aragão na sessão solene de reabertura do templo da Loja Segredo e Amor da Ordem. Diante de tais argumentos, a compreensão de mundo veiculada pelo Obreiro, com relação à questão da participação da mulher nas Lojas Maçônicas, era tácita e guiava-se pela visão de que homens e mulheres tinham funções sociais muito bem definidas, que não podiam e nem deviam ser desorganizadas. Este exemplo deixava, de maneira muito evidente os limites entre a imagem que os maçons pretendiam formular sobre suas práticas, chamando para si, a qualidade de defensores da igualdade, democracia e progresso, podendo observar que sobre este caso eles não assumiriam uma posição de vanguarda, lugar que pretensamente se colocavam.

²⁹ A MULHER e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife 25 maio 1947. p.1.



Ao mesmo tempo, em que os artigos escritos pelos maçons, tinham como preocupação evidenciar os pontos de vista maçônicos a respeito de várias questões, esta publicação também, como todo veículo, ligado à vida institucional de uma entidade, preocupou-se em inserir notícias que mostrassem o cotidiano maçônico na cidade do Recife e do estado, informando, por exemplo, as lojas maçônicas existentes e os seus dias de reunião.

A vida efêmera do jornal maçom, que não passou do primeiro e único número, pode ser explicada dentro do contexto da pouca organização maçônica aliada a dificuldades financeiras atravessadas pelas agremiações maçônicas, estes elementos são motivos importantes e potenciais para que possamos compreender porque o Obreiro não conseguiu se estabelecer no universo da imprensa pernambucana. Mesmo com toda esta limitação, este periódico de publicidade maçônica, constitui-se numa fonte importante, para que possamos compreender o processo de reorganização da Maçonaria pernambucana no período pós-Estado Novo.

Ainda com relação à imprensa maçônica no período posterior ao governo de Agamenon Magalhães, observamos que não encontramos em Pernambuco jornais ou revistas que cobrissem um período ininterrupto de propaganda e publicidade de suas ações. Constatamos uma descontinuidade das publicações relacionadas à Maçonaria, sendo na maioria periódicos de um conjunto de lojas ou de um grupo de maçons, como foi o caso do Obreiro, muitas vezes não conseguindo animar os corpos maçônicos que detinham o poder no Estado³⁰.

Como exemplos de iniciativa, no período pós-Estado Novo, no sentido de se construir uma imprensa maçônica no estado, encontramos cerca de quatro anos, após o lançamento do Obreiro já na década de 1950, *O malhete*, jornal que seria publicado entre os anos de 1951 a 1954. Nas pesquisas que realizamos, na hemeroteca do Arquivo Público Jordão Emerenciano em Pernambuco, observamos que as citadas publicações não tinham uma periodicidade regular. O outro exemplo foi o *Boletim maçônico* de 1953, que como *O malhete* carecia de uma maior regularidade com relação à publicação, sendo localizado, daquele, somente os números 13-14, referentes a março e abril de 1954.

³⁰ SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Maçonaria e República*. Op. cit.



O fato de a maçonaria pernambucana não possuir uma periodicidade nos seus órgãos de imprensa, não se constituiria em motivo para que ela deixasse de ser personagem nas páginas da imprensa pernambucana, principalmente, após todo o processo de repressão por ela, sofrido e construção de estereótipos assentados num discurso antimaçom, como já nos referimos anteriormente. Desta forma, o período pós-estado novo seria ainda pródigo de debates e construções de imagens sobre a maçonaria, na sua maioria tendo como padrão a sua ligação com ideologias políticas de fundo revolucionário, e visto pela sociedade como foco de perigo para uma suposta ordem estabelecida.

Antimaçonismo e imprensa no pós-Estado Novo: a polêmica da maçonaria com o Padre Aloisio Mosca

Mesmo após o final do Estado Novo e a saída de algumas lideranças de tendência conservadora e antimaçônica dos espaços de poder no governo, encontraremos ainda permanências de uma visão negativa a respeito da Maçonaria no interior da sociedade pernambucana. Um exemplo concreto da continuidade dessa mentalidade eivada de antimaçonismo e que ganhou destaque na imprensa pernambucana, chegando às ruas e trazendo novamente a discussão a respeito do caráter nefasto representado por esta instituição, podemos observar nas primeiras semanas do mês de maio de 1950, quando as autoridades religiosas, ligadas à Igreja Católica local, de tendência mais conservadora, resolveu afastar os maçons das irmandades, essa “limpeza” começou pela irmandade da Conceição dos Militares, sediada na cidade do Recife, assunto que tomou conta das rodas de debate nas ruas da cidade, essa atitude funcionou como um reavivamento da Questão Religiosa, ocorrida no século XIX.

O caso em questão ganhou destaque e repercussão nas páginas do Diário da Manhã por meio de uma matéria onde era possível ler: “Maçonaria, um movimento paralelo ao Comunismo”, com esta quando, o jornal retomava o antigo discurso, pretendendo reativar sobre a Maçonaria, a suspeita de que existiam laços fortes que relacionavam o ideário político comunista à instituição³¹. A diferença que encontrávamos se relacionada ao que era veiculado

³¹ Na formulação e sedimentação de um discurso antimaçônico ver: ARRIBAS Javier Dominguez. La utilización del discurso antimasonico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945). *Hispania. Revista Española de Historia*, 2006, v. LXVI, n. 224, septiembre-diciembre, p. 1107-1138; Melo, Mario. Maçonismo, Judaísmo e Totalitarismo. *Jornal do Comercio*, Recife 06 out.1939. p.2.



aos órgãos de imprensa, ligados ao catolicismo, estava nos depoimentos do Pe. Aloisio Mosca, intelectual e representante de destaque do catolicismo local que não conduzia a sua argumentação dentro de uma interpretação antissemita, como era praticada nas décadas de 1930 e 40³².

Essa combinação, com certeza, foi evitada de ser verbalizada depois de todo o horror que o ideário antissemita provocou ao mundo, com a publicidade que, no pós-guerra ganhou evidência da política, imposta pelo nazismo aos judeus. Na matéria em questão, o religioso Jesuíta esforçava-se em reafirmar as táticas perigosas da Maçonaria com relação à sociedade, destacando suas possíveis ligações com o ideário comunista. A nova frente de ataque da Maçonaria, nas palavras do Jesuíta, desenvolver-se-ia na defesa da emancipação política feminina. Nas suas considerações, o Padre questionava que o súbito interesse da Maçonaria por esta causa, na verdade, camuflava outros interesses, que poderiam ser compreendidos dentro da lógica abaixo:

A Maçonaria até bem poucos anos foi o adversário mais intransigente da emancipação política da mulher. Porque? Porque ela sabe que geralmente a psicologia religiosa da mulher conserva muito melhor o patrimônio da fé católica do que o homem. Já se pode avaliar a consequência, se a mulher com esse espírito religioso e católico puder influir com seu voto no destino da nação. E nos países em que a mulher goza de emancipação política procuram os maçons dar à mulher competente educação maçônica³³.

Ao apresentar tal versão o Pe. Mosca, professor da Faculdade Manuel da Nóbrega, retomava a perspectiva de demonstrar que, por trás da defesa de questões que a Maçonaria elencava como sendo liberais ou “libertadoras”, estaria na verdade os seus interesses em manipular, combater e perseguir a Igreja Católica e o seu ideário. E, que, no caso específico da defesa a liberação política feminina, o objetivo maçônico seria na verdade afastar a mulheres do raio de influência da religiosidade católica. Outro foco de ataque à Maçonaria e que batia frontalmente nos interesses da Igreja Católica, como analisava o Jesuíta, voltava-se à educação e ao seu caráter laico, antiga arena de combate entre as duas instituições.

³² FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçônicos. *Revista Fronteiras*, Recife, setembro de 1938, p.3; BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escándalo de la P-2. Madri, Edições ISTMO, 1982; GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

³³ MAÇONARIA, um Movimento Paralelo ao Comunismo. *Diário da Manhã*, Recife 16 mar.1950. s/p.



Justificando ainda, a posição das autoridades eclesiásticas do Recife, com relação à Maçonaria, o Padre Mosca destacava outros argumentos para combater o maçonismo e suas manobras. Entre elas, o fato de que a Maçonaria constituía-se num movimento paralelo ao comunismo, e, por conta desse aspecto, evidenciado pelos mais sagazes observadores, como justificava o jesuíta, o argumento definidor deste entrelaçamento, residia no fato de que tanto o comunismo quanto a Maçonaria, tinham uma preocupação comum, que as duas forças pretendiam camuflar, afastando assim os seus reais interesses, na visão do religioso a unidade da maçonaria e do comunismo centrava-se então, na implantação de um “Estado Marxista e uma Igreja Maçônica”.

Finalizando as suas considerações a respeito da resolução tomada pelo clero pernambucano, o Padre Mosca afirmava ainda que, a interdição dos maçons na participação das irmandades religiosas era completamente legal, uma vez que, além de ser uma instituição anticatólica, o envolvimento de fiéis católicos com a Maçonaria representava uma falta de fé. Diante deste conjunto de argumentos, o Jesuíta concluía: “A Igreja com a expulsão dos maçons não fez nada mais de que cumprir seu dever, aplicando determinações já anteriormente impostas”³⁴.

Ao analisar o Diário da Manhã, que veiculou a matéria relatando o afastamento dos maçons de algumas irmandades com o depoimento do Padre Aloisio Mosca, é possível observar que, o jornal ao tentar falar sobre tais relações acabou privilegiando mais as considerações negativas fornecidas pelo jesuíta, do que a versão apresentada pelo então Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco, Prof. Jaime de Oliveira, Diretor da Escola Politécnica de Pernambuco. Tal desigualdade na apresentação das versões, nos ajuda a perceber como por parte dos redatores do jornal, a preocupação em contemplar, muito mais a visão religiosa do que a maçônica sobre a questão era evidente. A veiculação desta matéria contribuiu no sentido de acentuar mais ainda os preconceitos e estereótipos em relação aos maçons, não procurando de maneira alguma, haja vista o recurso de diagramação que usou e o espaço fraqueado a cada uma das partes, uma visão mais isenta com relação à questão. Por trás dessa desigualdade, é possível ainda entrevermos permanências de traços de uma forte

³⁴ Idem.



visão antimaçônica que foi sendo reatualizada, mas que de alguma maneira continuou a abordar muitos dos signos estabelecidos por essa forma de discurso³⁵.

Neste sentido, a preocupação em despertar um sentimento de periculosidade maçônica não cessava, pois como observamos ao longo do artigo, eram retomadas a Maçonaria, sendo pintada nas cores de uma instituição revolucionária e confabuladora, e noutros momentos, acrescidos a estas características a de constituir-se num espaço a serviço dos judeus ou do comunismo, como podemos observar ao longo das décadas de 1930 e de 1940, e que ficava expresso no depoimento fornecido pelo religioso nos anos 1950³⁶.

Acreditamos que tais representações, mesmo sofrendo variações, ao longo do tempo, no que diz respeito às finalidades e associações maçônicas, acabavam condensando uma perspectiva bem precisa, ou seja, os maçons e a Maçonaria, devido à sua defesa aos ideais liberais, constituíam-se num perigoso agente na proliferação de projetos políticos e formas de pensamento que tendiam a romper com uma tradição, defendida pelos intelectuais católicos e conservadores pernambucanos.

Compreendermos estas construções ajuda a fornecer um olhar importante sobre a instituição, ao mesmo tempo em que, contribui para o aprofundamento do estudo de como as representações e as visões de intolerância são formuladas e reatualizadas ao longo do tempo histórico, conceito fundamental para pensar a maneira como as relações entre os intelectuais católicos, a Igreja e a Maçonaria colocaram no espaço público as suas visões de um em relação aos outros, perspectivas que ajudaram a fomentar tais representações³⁷.

Fontes

ARAGÃO, Pedro. Conferencia na Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife, maio 1947. p.1

³⁵ BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubernio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escândalo de la P-2. Madri, Edições ISTMO, 1982; GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

³⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3 ed.. São Paulo: Perspectiva, 2001; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *O antissemitismo nas Américas*. História e memória. São Paulo: Edusp, 2007.v.1.

³⁷ BARET-DUQCROQ, Françoise (org.). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.



ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, maio 1947. p.4

A MULHER e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife, maio 1947. p.1.

A.M. Campanha pró-imprensa Maçônica. *O Obreiro*, Recife mai.1947, p.2.

BILHETE ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26 jul. 945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçônicos. *Revista Fronteiras*, Recife, set. 1938, p.3.

FILHO, Plinio Barroso de Castro. Dicionário de termos maçônicos As palavras, as frases e os termos maçônicos mais usados no rito Escocês antigo e aceito para a maçonaria no brasil. Disponível em:<www.inspetoria.org.br>. Acesso em: 16 jun. 2014.

INFORMAÇÃO 4889. Recife, 09 mar.1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE

MAÇONARIA, um Movimento Paralelo ao Comunismo. *Diário da Manhã*, Recife 16 mar.1950.

MELO, Mario. Maçonismo, Judaísmo e Totalitarismo. *Jornal do Comercio*, Recife 06 out. 1939. p.2.

OFICIO da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22 jan. 1946. Prontuário Funcional 1527-A.- DOPS – APEJE

OFICIO n. 91. Vitória de Santo Antão, 14 jun. 1946. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.

RESENDE, Carlos. *Oficio n.341*. Vitória de Santo Antão, 27 de outubro 1937, p.1. Prontuário Funcional 28897 – DOPS – APEJE

Bibliografia

ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A Construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ARÃO, Manoel. *História da Maçonaria no Brasil*. Recife: Edição do autor, 1926. v.1.

AZEVEDO, Celia Marinho. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ARRIBAS Javier Dominguez. La utilización del discurso antimasonico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945). *Hispania. Revista Española de Historia*, 2006, v. LXVI, n. 224, septiembre-diciembre, p. 1107-1138.

BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990-1993.



_____. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S/A, 1937.

BARET-DUQCROQ, Françoise (org.). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BASTOS, Elide Rugai et al. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escândalo de la P-2. Madri: Edições ISTMO, 1982.

BENIMELI, J.A.F; CAPRILE, G; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. Trad. Valério Alberton. 2. ed. São Paulo:Paulinas,1983.

_____. *LA MASONERIA*. 2.ed.Alianza Editorial: Madri, 2005.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi: Memórias políticas*. Recife: Editora Guararapes, 1985.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n.24, p.227-250, 1999.

_____. (org.). *O antissemitismo nas Américas*. História e memória. São Paulo: Edusp, 2007.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Antonio do Carmo. *História do GOIPE: caderno VII*, Recife: Artegrafi, 2003.

PANDOLFI, Dulce. OS anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2012.

SILVA, Silvia Cortez. *Tempos de Casa-grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Pedreiros do mal: Maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2007.



_____. A Besta Anti-clerical a Solta: Igreja Católica, intelectuais e conflitos com a Maçonaria (1900-1912). In: NETO, Martinho Guedes dos Santos; COSTA, Robson Xavier da. (org.). *Pesquisa em História: temas e abordagens*. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009, v. 1, p. 113-134.

_____. Maçonaria e República em Pernambuco: algumas considerações (1889-1912). In: MACEDO, Helder Alexandre (org.). *Capítulos de História do Norte-Nordeste: poder, cultura e sociedade*. 1ed. Florianópolis; Carnaúba Dantas: Bookess Editora; Edição do Autor, 2011, v. 1.

_____. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Recife: Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2013.

SILVA, Severino Vicente da. *Anotações para uma visão de Pernambuco no Início do século XX*. 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.